



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVA

1

2 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE,**
3 **REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E**
4 **CINCO (29/10/2025) (gravação de áudio arquivado na Secretaria deste**
5 **Conselho).** O presidente **Newton Fernando Veteri** iniciou sua fala
6 cumprimentando a todos os presentes. Declarou aberta a reunião ordinária,
7 realizada em 29 de outubro, quarta-feira, na sede do Conselho Municipal de
8 Saúde. Em seguida, deu as boas-vindas à **Regina Maria Porto Ruelle**,
9 representante da ARCOS, destacando que havia sido feita uma solicitação ao
10 jurídico da municipalidade, em razão de a Arcos ocupar um imóvel pertencente
11 ao município. Informou que a prefeitura deu aval, não caracterizando
12 dependência econômica. Assim, registrou as boas-vindas à representante. O
13 presidente apresentou o primeiro **informe da mesa diretora**, relatando alguns
14 problemas ocorridos em determinadas unidades, que foram encaminhados à
15 servidora Alessandra e solucionados, tanto na unidade do Solo quanto na da
16 Vila Soto. Ressaltou que foram demandas encaminhadas ao Conselho, pelas
17 quais houve a devida busca de solução. Informou também que foi solicitada a
18 presença da presidente do Conselho Nacional de Saúde. Comunicou que ela
19 confirmou que virá a Catanduva, provavelmente entre fevereiro e março,
20 restando apenas definir a data. Destacou que a presidente participará
21 presencialmente, ministrando uma palestra, considerando sua vinda de grande
22 importância, dada sua relevância nacional. Concluídos os informes da mesa
23 diretora, o presidente passou a palavra aos coordenadores das **comissões**
24 **permanentes** que desejassem se manifestar. A conselheira **Benedita De**
25 **Fátima Donadon** apresentou-se como representante dos usuários. Informou
26 que é coordenadora da Comissão de Orçamento e Finanças e também da
27 Comissão de Ações e Serviços, afirmando que estava de posse dos dois
28 pareceres. Em seguida, perguntou ao presidente se já poderia realizar a leitura.
29 O presidente questionou se ela trataria dos dois pareceres e se desejava que
30 ele apresentasse o parecer da Comissão de Finanças, considerando que ele
31 também integra essa comissão. Benedita concordou, sugerindo que ele
32 apresentasse o parecer de Finanças, enquanto ela apresentaria o da outra
33 comissão. Por fim, informou que, após o parecer de Finanças, apresentaria o

35 de Ações e Serviços. O presidente **Newton Fernando Veteri** apresentou o
36 parecer da Comissão de Orçamento e Finanças referente a reunião de 7 de
37 outubro de 2025. Informou que a comissão é composta pela coordenadora
38 Benedita de Fátima Donadon, pelo relator Newton Fernando Vetri e pelos
39 membros Ana Carolina Cordeiro Rulli, Marina Domingos Vitor, Sérgio Menossi
40 e Thaísa Vicente de Oliveira. Foi apresentado o **Parecer nº 10/2025**, cujo
41 assunto trata da análise dos relatórios das prestações de contas do mês de
42 agosto de 2025, incluindo aditamentos e glosas. Na introdução, registrou que a
43 comissão se reuniu para analisar as prestações de contas encaminhadas pela
44 Secretaria Municipal de Saúde, avaliando relatórios financeiros, glosas
45 aplicadas e demais informações pertinentes. O objetivo foi verificar a
46 conformidade das despesas executadas, acompanhar processos de avaliação
47 contratual e propor medidas de aprimoramento da transparência e fiscalização
48 dos recursos públicos destinados à saúde. Durante a análise, deliberou-se que
49 a Secretaria Municipal de Saúde deve encaminhar, de forma sistemática e
50 imediata, as prestações de contas mensais referentes a todos os contratos,
51 convênios e termos de fomento vigentes, tão logo esses documentos cheguem
52 à Secretaria. Os encaminhamentos devem ocorrer em tempo hábil para análise
53 da Comissão de Orçamento e Finanças e consequente apreciação na reunião
54 ordinária do Conselho. A medida visa garantir maior celeridade e eficácia no
55 acompanhamento dos gastos públicos. Também foi definido que a Comissão
56 de Avaliação de Contratos da Secretaria de Saúde deverá apresentar, nas
57 próximas reuniões, o quadro de andamento dos processos de parecer dos
58 contratos em análise, bem como a ata da reunião de avaliação referente ao
59 mês correspondente. Essa exigência tem como finalidade reforçar o controle
60 social sobre as avaliações e a execução contratual. No que diz respeito às
61 glosas do mês de agosto, registrou-se o valor total de R\$ 48.651,23, resultante
62 das somas de R\$ 20.449,16, R\$ 8.655,58 e R\$ 19.546,49, correspondentes à
63 segunda parcela de desconto dos processos nº 14.681/2024, 14.682/2024 e
64 14.683/2024, referentes à UPA, abrangendo o período de setembro de 2023 a
65 março de 2024. Entre as notas fiscais não aceitas, constam despesas
66 relacionadas a serviços de consultoria, advocacia, energia elétrica — cuja

68 cobrança é enviada na conta geral do hospital — fornecimento de água e
69 aquisição de aparelhos de informática. A comissão considerou que, embora as
70 prestações de contas apresentadas estejam, em geral, regulares, ainda
71 persistem pendências relativas aos contratos com o Hospital Mahatma Gandhi,
72 especialmente quanto à conta de provisionamento não ajustada e às
73 investigações ainda em curso envolvendo a instituição. Na conclusão, a
74 Comissão de Orçamento e Finanças sugeriu a **aprovação** das prestações de
75 contas da Secretaria Municipal de Saúde **com ressalvas**, mantendo
76 observação específica quanto aos contratos do Hospital Mahatma Gandhi, até
77 que todas as irregularidades apontadas anteriormente sejam sanadas e
78 devidamente esclarecidas. Reforçou ainda que a Secretaria Municipal de
79 Saúde e a Comissão de Avaliação de Contratos cumpram rigorosamente as
80 determinações descritas, garantindo transparência, controle social e correta
81 aplicação dos recursos públicos destinados ao município de Catanduva. Foi
82 registrado que todos os membros assinaram o parecer, exceto a conselheira
83 Thaísa, que não esteve presente. Encerrada a apresentação, o presidente
84 concedeu a palavra à conselheira Benedita, referente ao parecer da Comissão
85 de Ações e Serviços em Saúde. A conselheira Benedita apresentou o parecer
86 referente à situação da Unidade de Saúde da Família Theodoro Rosa Filho, da
87 Unidade de Pronto Atendimento e da atenção básica vinculada ao Hospital
88 Mahatma Gandhi. A Comissão de Ações e Serviços de Saúde reuniu-se na
89 sede do Conselho Municipal de Saúde no dia quatorze de outubro de dois mil e
90 vinte e cinco, com o objetivo de discutir e analisar informações relativas à
91 situação da Unidade de Saúde da Família Theodoro Rosa Filho, bem como os
92 andamentos relacionados à Unidade de Pronto Atendimento e à atenção
93 básica sob responsabilidade do Hospital Mahatma Gandhi. Durante a reunião,
94 foram apresentadas atualizações sobre as unidades, além de relatos de casos
95 pontuais referentes aos atendimentos prestados à população. A comissão
96 tomou conhecimento das informações referentes ao retorno da Unidade de
97 Saúde da Família Theodoro Rosa Filho à sua sede após o término da reforma.
98 Constatou-se que a unidade já se encontra em fase de limpeza, etapa final
99 para a retomada das atividades. Destacou-se de forma positiva que, durante o

período de reforma, os serviços foram mantidos em funcionamento, garantindo a continuidade do atendimento à população. Em relação à Unidade de Pronto Atendimento e à atenção básica vinculada ao Hospital Mahatma Gandhi, foi informado que ambas permanecem sob regime de intervenção, sob responsabilidade da interventora designada, até a conclusão do processo licitatório para definição da nova gestão. Ressaltou-se que o processo de escolha das organizações sociais ainda se encontra em fase judicial, o que vem impactando o andamento administrativo e contratual dos serviços. Também foram discutidos casos pontuais relacionados aos atendimentos realizados na Unidade de Pronto Atendimento e na atenção básica, evidenciando a necessidade de acompanhamento contínuo por parte do Conselho Municipal de Saúde, especialmente quanto à qualidade e regularidade dos serviços prestados à população. A comissão considerou positivo o avanço na reabertura da Unidade de Saúde da Família Theodoro Rosa Filho, ressaltando a importância da manutenção dos serviços durante o período de reforma e da agilidade na finalização dos trabalhos. Contudo, manifestou preocupação com a continuidade da intervenção na Unidade de Pronto Atendimento e na atenção básica, recomendando que o Conselho Municipal de Saúde mantenha o monitoramento da situação até a conclusão definitiva do processo licitatório e a regularização da gestão das unidades. O parecer foi subscrito pelos membros da comissão: Alessandra Merighi Montes Mota, Eva Narciso Miguel, Benedita de Fátima Donadon, Gislaine Terezinha Grandizolli Martani. O conselheiro **Guido Corsini Neto** cumprimentou a todos e apresentou-se como representante da ACE. Informou que não realizaria a leitura do relatório, pois seria mais específico no momento das aprovações previstas na pauta. Relatou que a comissão se reuniu no dia sete de outubro e que já foi elaborado todo o cronograma do evento marcado para dezoito de novembro, que ocorrerá na sede do Conselho Municipal de Saúde. Informou também que foi discutida a questão da ouvidoria do conselho. Acrescentou que a comissão realizou, na semana anterior, uma reunião conjunta com a mesa diretora para tratar do orçamento do Conselho Municipal de Saúde. Explicou que será desenvolvido um planejamento orçamentário próprio, de modo que o

próprio conselho passe a administrar a verba disponível, considerando ser essa a alternativa mais viável. Destacou que essa iniciativa representa uma novidade dentro do funcionamento do conselho. Encerrando sua fala, afirmou que essas eram as informações que tinha a apresentar no momento. O conselheiro José Ricardo Garcia cumprimentou todos os presentes e deu boas-vindas à representante Regina. Explicou que participa com menor frequência das reuniões por ser suplente da conselheira Thaisa e destacou que, de forma excepcional, os diretores não estavam presentes, exceto o conselheiro Beto, pois estavam participando de um curso em Ribeirão Preto junto ao Secretário de Saúde. José Ricardo Garcia informou que o Secretário de Saúde havia deixado, ainda no período da tarde, todos os informes preparados, uma vez que ele próprio (José Ricardo Garcia) não sabia previamente que haveria reunião do Conselho naquele dia. Assim, coube a ele repassar os informes ao colegiado. Iniciou então apresentando a contratação de um profissional contábil. Comunicou que, por meio de concurso público efetivo, foi contratado um contador para atuar diretamente no apoio aos processos de licitação, contratação, análise de prestações de contas — incluindo o acompanhamento dos saldos de provisionamento, tema de grande preocupação tanto para o Conselho quanto para a Secretaria de Saúde — além de atender às demais demandas contábeis da pasta.. Informou que o Instituto de Recursos Humanos já convocou o servidor, que se encontra em fase final para assumir a função junto à Secretaria de Saúde. Destacou que considera essa contratação extremamente importante, inclusive por sua experiência prévia na comissão de prestação de contas. A seguir, tratou da situação do processo licitatório da Unidade de Pronto Atendimento. Explicou que o processo referente à gestão da unidade encontra-se em andamento, atualmente na fase dois, que permanece aberta. Ressaltou que essa etapa é pública, garantindo maior visibilidade e transparência ao processo de seleção. Acrescentou que o procedimento está na fase técnica e sob condução da Prefeitura, ainda não tendo sido formalmente encaminhado à Secretaria de Saúde, mas permanecendo em trâmite regular. Sobre a rescisão do contrato da atenção

básica, informou que o contrato referente à gestão será encerrado em razão da desqualificação da organização social responsável. A Secretaria de Saúde notificou a entidade por meio da interventora designada e aguarda o prazo legal para eventual exercício de defesa. Explicou que a organização social e a interventora possuem direito à ampla defesa, e a Secretaria de Saúde está aguardando manifestação sobre eventual recurso. Informou que a finalização do contrato está prevista para trinta de novembro e que será firmado um contrato emergencial para garantir a continuidade dos serviços até a conclusão do novo edital de licitação, previsto para os próximos dias. Em seguida, informou sobre a aquisição de ambulâncias. Relatou que foram entregues recentemente duas ambulâncias adquiridas com recursos próprios da Secretaria de Saúde. Disse também que o planejamento prevê a aquisição de nove ambulâncias com recursos municipais até dezembro. Além disso, será adquirida mais uma ambulância com recursos federais, totalizando dez veículos previstos para entrega. No **item quatro**, referente à análise e deliberação sobre a ata da reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde, realizada no dia vinte e quatro de setembro de dois mil e vinte e cinco, foi informado que a ata havia sido enviada previamente aos conselheiros, tanto pelos grupos de aplicativo de mensagens quanto por correio eletrônico. Foi registrado apenas um apontamento, identificado na linha noventa e nove, onde constava a expressão de que não havia conflito de interesse na situação apresentada, uma vez que apenas se caracterizaria vínculo com verba pública. A correção foi devidamente realizada. Em seguida, foi questionado se havia alguma observação adicional a ser feita em relação à ata. Não havendo manifestações, a ata foi colocada em votação. Os conselheiros favoráveis foram orientados a permanecer como estavam, e aqueles contrários deveriam se manifestar. A ata foi **aprovada** por unanimidade. No **item cinco**, referente à discussão e deliberação da prestação de contas do mês de agosto de dois mil e vinte e cinco da Secretaria Municipal de Saúde, cujo relator designado foi o conselheiro Adriano Cesar de Araújo, foi informado que o relator não estava presente para realizar a explanação. Diante disso, foi solicitado que a conselheira presente, que o representava, assumisse a posição para fins de

200 encaminhamento. Foi, então, colocada em votação a recomendação da
201 Comissão de Orçamento do Conselho Municipal de Saúde, que havia indicado
202 a aprovação com ressalvas da prestação de contas referente ao mês de
203 agosto, recomendação essa já lida anteriormente. Em votação, foi solicitado
204 que os conselheiros favoráveis permanecessem como estavam e que os
205 contrários se manifestassem. A prestação de contas do mês de agosto, foi
206 aprovada com ressalvas por unanimidade. O presidente Veteri iniciou a
207 discussão e deliberação referente ao **Relatório Detalhado do Quadrimestre**
208 **Anterior**, sugerindo o adiamento da análise para a próxima reunião, tendo em
209 vista que havia pontos que precisariam ser esclarecidos e a pessoa
210 responsável pelas informações não estava presente. Foi solicitado que, caso
211 todos concordassem com o adiamento, permanecessem como estavam. O
212 conselheiro também abriu a possibilidade de aprovação imediata, caso alguém
213 desejasse se manifestar. Em seguida, colocou-se em votação o adiamento do
214 item seis, referente ao segundo relatório quadrimestral. Os conselheiros
215 favoráveis permaneceram como estavam e os contrários foram orientados a se
216 manifestar. O **adiamento foi aprovado** por unanimidade. Na sequência,
217 iniciou-se o **item sete** relativo à análise e deliberação sobre a destinação da
218 **usina de oxigênio** da Unidade de Pronto Atendimento, conforme o processo
219 de número quinze mil duzentos e oitenta e sete de dois mil e vinte e cinco. O
220 presidente Veteri apresentou uma explanação aos demais presentes,
221 especialmente aos que não haviam participado das discussões anteriores.
222 Relatou que, no auge da pandemia de Covid-19, quando houve extrema
223 escassez e aumento do custo do oxigênio medicinal, muitos municípios
224 enfrentaram situações em que pessoas chegavam a falecer por falta do
225 produto. Diante desse cenário, foi solicitada à Petrobras a doação de uma
226 usina de oxigênio para o município, com a expectativa de que pudesse atender
227 à demanda e suprir as dificuldades enfrentadas. A Petrobras atendeu
228 prontamente ao pedido, porém a usina nunca chegou a entrar em
229 funcionamento. O equipamento permaneceu por longo período esquecido nas
230 dependências da Unidade de Pronto Atendimento. O conselheiro relatou que,
231 ao retornar ao conselho, lembrou da existência da usina parada e se deslocou

até o local para verificar sua situação, acompanhado de outras conselheiras. Constatou-se que os equipamentos possuíam etiquetas do ano de dois mil e vinte e um e jamais haviam sido utilizados. Segundo o conselheiro, a Petrobras solicitou o desarquivamento do processo, mas por muito tempo não houve qualquer justificativa por parte da administração municipal explicando o motivo de a usina nunca ter sido colocada em operação. Somente após diversas cobranças e insistência do conselho é que uma resposta foi enviada. Entre as justificativas apresentadas, constava que, ao tentar ligar a usina para testes, a energia da Unidade de Pronto Atendimento caía e ocasionava danos aos equipamentos. Outra justificativa era de que o custo de energia elétrica para produzir um metro cúbico de oxigênio seria maior do que o custo de adquirir o oxigênio já produzido, tornando inviável seu funcionamento. Tais informações constavam no processo. O conselheiro Veteri observou que não havia, no processo, laudo elétrico que indicasse a compatibilidade da carga necessária para a operação da usina, observando que seria natural ocorrer queda de energia se a instalação elétrica existente não suportasse o equipamento. Também não havia laudo justificando a diferença de custos entre produzir e adquirir oxigênio. Destacou que questões básicas não foram avaliadas e, enquanto isso, os equipamentos permanecem parados e se deteriorando. Ressaltou que houve gasto de recursos públicos para construir o espaço destinado à instalação da usina, e que, se houvesse melhor planejamento, o equipamento poderia ter sido destinado a outro local, como o estado do Amazonas, onde a necessidade era maior. Diante disso, afirmou que o conselho precisaria definir uma destinação para a usina. Relatou que algumas possibilidades foram discutidas na reunião da mesa diretora, sendo, em sua opinião, a mais lógica consultar a Petrobras para verificar a possibilidade de devolução, pedindo desculpas pelo ocorrido e informando que o município não conseguiu cumprir os requisitos necessários para a utilização do equipamento. Caso a Petrobras ou o governo federal recusassem a devolução, sugeriu que fosse considerada a possibilidade de doação para uma instituição, como o CONSIRC, ou para alguma entidade filantrópica, como a Fundação Padre Albino, caso houvesse interesse, e, em último caso, se a legislação permitisse,

266 realizar doação a um particular. Informou que o objetivo naquele momento
267 seria deliberar sobre a aprovação da devolução da usina, abrindo espaço para
268 sugestões de alternativas. A conselheira Benedita manifestou-se dizendo que
269 considerava adequado, inicialmente, buscar a primeira alternativa proposta,
270 verificando se a Petrobras aceitaria a devolução e se isso não geraria nenhum
271 problema. Somente após essa consulta seria possível seguir para as demais
272 alternativas. O conselheiro Guido acrescentou uma pergunta, buscando
273 esclarecer se, por parte da Secretaria Municipal de Saúde, havia interesse em
274 manter a usina. O presidente Veteri informou que a secretaria já havia
275 manifestado oficialmente que não possuía interesse, inclusive solicitando que o
276 conselho deliberasse sobre o destino do equipamento. Em seguida, leu trecho
277 do despacho emitido pelo secretário municipal de saúde, Adriano César de
278 Araújo, datado de dezessete de setembro de dois mil e vinte e cinco, no qual
279 constava que, diante dos levantamentos realizados, manter a usina em
280 funcionamento era totalmente inviável financeira e economicamente. O
281 despacho também autorizava que o conselho analisasse e encaminhasse a
282 doação para qualquer entidade ou órgão público interessado e apto a receber o
283 equipamento. A conselheira **Regina Maria Porto Ruelle**, representante da
284 ARCOS, manifestou-se dizendo que considerava uma perda devolver a usina.
285 Em sua opinião, seria melhor buscar alguma entidade interessada em recebê-
286 la, preferencialmente algum hospital do município, uma vez que a parte mais
287 difícil já havia sido realizada, que era trazer o equipamento até a cidade. Para
288 ela, a doação local seria mais proveitosa do que a devolução. A conselheira
289 **Gislaine Terezinha Grandizolli Martani**, representante da AVCC, manifestou-
290 se afirmando que a Prefeitura e a Secretaria Municipal de Saúde já haviam
291 esgotado todas as possibilidades de utilização da usina, lembrando que não se
292 tratava nem de reutilização, uma vez que o equipamento jamais havia sido
293 utilizado. Ressaltou que não é possível prever o futuro e que, eventualmente,
294 Catanduva pode crescer ou enfrentar novamente uma situação como a da
295 Covid-19, na qual uma usina poderia ser necessária. Por esse motivo,
296 considerava importante refletir se realmente todas as alternativas haviam sido
297 exauridas antes de se pensar diretamente em realizar uma doação. A

299 conselheira apresentou um breve contexto histórico, destacando que, quando a
300 usina foi solicitada, não houve o cuidado de realizar um levantamento prévio
301 dos custos envolvidos, nem de solicitar à concessionária de energia elétrica um
302 aumento na carga disponível para a Unidade de Pronto Atendimento. Observou
303 que tais verificações não foram feitas no processo inicial. Somente após a
304 instalação da usina é que foi identificado que o custo de energia elétrica seria
305 elevado, tornando sua operação inviável, segundo informações posteriores da
306 própria Secretaria Municipal de Saúde. A conselheira questionou se seria
307 prudente aguardar cinco ou dez anos, permitindo que os equipamentos
308 continuassem a se deteriorar, para então depender de uma possível redução
309 no custo de energia que tornasse a produção de oxigênio viável. Comentou
310 que, embora seja impossível prever mudanças futuras, não se pode contar com
311 hipóteses indefinidas como variações bruscas na tarifa de energia elétrica.
312 Gislaine relatou ainda que, ao analisar o processo, percebeu que o desejo de
313 contar com uma usina de oxigênio no município era compreensível, entretanto,
314 o que mais a preocupava era ver um equipamento avaliado em
315 aproximadamente dois milhões de reais se deteriorando sem uso, desde o ano
316 de dois mil e vinte e um. Perguntou se havia sido realizado um novo laudo ou
317 estudo atualizado pela Secretaria Municipal de Saúde para reavaliar a
318 viabilidade ou os custos de operação da usina. Em resposta, foi informado que
319 não houve estudos adicionais e que o único documento existente era o laudo
320 de custo de energia datado de vinte e cinco de setembro de dois mil e vinte e
321 cinco, no qual se concluía que a produção de oxigênio pela usina era inviável.
322 A conselheira lamentou a situação e questionou se existiria alguma
323 possibilidade de buscar parcerias ou alternativas, como a obtenção de energia
324 por fontes complementares, por exemplo, por meio de placas de energia ou
325 apoio da própria Petrobras, para tentar viabilizar o funcionamento da usina
326 antes de se decidir definitivamente sobre sua destinação. O conselheiro **Marco**
327 **Cesar Gussoni**, representante da OAB, afirmou que, de acordo com as
328 informações apresentadas, havia situações pouco claras no relatório referente
329 à usina de oxigênio. Observou que não existiam dados concretos que
330 permitissem afirmar, de maneira definitiva, se a utilização da usina era

realmente inviável, já que a análise apresentada parecia superficial. Destacou que, diante disso, não era possível afirmar com segurança se a operação da usina seria ou não viável. O conselheiro mencionou ainda que, possivelmente, naquele momento, a ativação da usina poderia não ser politicamente interessante, mas destacou que, quando o equipamento foi recebido, houve grande divulgação pública e capitalização política em torno da conquista. Ressaltou que, conforme já havia sido comentado, o município não vivia, no momento, uma situação emergencial ou de escassez de oxigênio, mas isso não anulava a responsabilidade sobre o bem público. Gussoni recordou que houve significativa mobilização pública para que o equipamento fosse destinado ao município, o qual incorporou a usina ao seu patrimônio, além de ter realizado gastos referentes à sua instalação e alocação. Diante desse cenário, afirmou entender que seria possível e necessário comunicar o Ministério Público sobre a situação, para que fossem adotadas as providências cabíveis. Ressaltou que, independentemente de intenções, havia indícios de má utilização ou desperdício de recursos públicos, considerando que o equipamento era de extrema importância, de alto valor, e que não estava sendo utilizado de maneira adequada. O conselheiro criticou a ideia de simplesmente decidir descartar ou doar o equipamento sem uma avaliação aprofundada, ressaltando que a decisão não poderia ser tomada de forma simplificada ou informal. Afirmou que o correto seria realizar estudos e análises técnicas completas antes de qualquer definição sobre o destino da usina. Veteri afirmou que, se ele tivesse sido o responsável por propor aquilo, seria o fim da história, destacando que esperava ser compreendido. Ele explicou que nada melhor do que um advogado, com uma visão mais ampla da legislação, para sugerir aquela medida. Disse que, imediatamente, no momento em que viu o processo, solicitou o carro para ir a São José do Rio Preto ao Ministério Público Federal. Ele recordou que comentou isso assim que teve acesso aos documentos. No entanto, como presidente, decidiu que levaria o assunto ao plenário, pois não seria uma decisão tomada apenas por ele. Veteri mencionou que o carro já estava até reservado, justificando sua preocupação por se tratar de dinheiro público federal e municipal. Ele relatou que, inicialmente, ao ver

365 toda a situação, considerou a tragédia envolvendo a usina. Porém, após
366 analisar todo o conteúdo do processo, constatou que não havia sido produzido
367 nenhum metro cúbico de oxigênio. Reforçou repetidas vezes que nenhum
368 sequer havia sido gerado. Apontou ainda que as alegações apresentadas para
369 justificar a falta de funcionamento beiravam o amadorismo, na visão dele. Após
370 expor tudo isso, Veteri perguntou se alguém mais tinha algo a acrescentar.
371 Gussoni afirmou que tinha apenas mais um ponto a acrescentar. Ele
372 questionou quanto o município gastava com oxigênio e perguntou se alguém
373 tinha essa informação, inclusive o pessoal da comissão. Comentou que havia
374 sido alegado que o custo da energia seria igual ou até superior ao gasto com
375 oxigênio e, por isso, quis saber qual era esse valor. Veteri, então, disse que
376 gostaria de verificar algo e anunciou que leria o terceiro parágrafo do ofício. Ele
377 explicou que, conforme demonstrava um gráfico, no período em que a usina
378 esteve em funcionamento houve um aumento substancial no valor da energia
379 elétrica, com um pico de noventa e três por cento quando comparado ao mês
380 de outubro de dois mil e vinte e um, antes do início da pandemia, em fevereiro
381 de dois mil e vinte e dois, com a usina em atividade. Acrescentou que, tomando
382 fevereiro de dois mil e vinte e dois como referência e comparando-o com julho
383 de dois mil e vinte e dois, a queda no valor havia sido de trezentos e quarenta e
384 um por cento. Ele ressaltou que, nesse mesmo período, a usina permaneceu
385 ligada vinte e quatro horas por dia, o que ocasionou quedas constantes de
386 energia, afetando o funcionamento da unidade e colocando em risco os
387 equipamentos. Veteri contou que realizou pesquisas sobre toda a legislação
388 referente a usinas de oxigênio e identificou que existem dois tipos. Explicou
389 que a usina de Catanduva se enquadrava em um desses modelos. Ele
390 prosseguiu dizendo que esse tipo de usina exige uma pessoa habilitada e
391 responsável. Observou que não havia qualquer informação sobre quem havia
392 ligado a usina. Disse que não havia registro do técnico, do engenheiro ou de
393 qualquer profissional responsável, e que essa questão não havia sido
394 respondida. Comentou ainda que, desde a entrega da usina até aquele
395 momento, não existia nenhum laudo técnico, porque na época ela não foi
396 colocada em funcionamento e ninguém assinou qualquer documentação. Veteri

afirmou que não havia laudo técnico, laudo de engenheiro ou qualquer comprovação da responsabilidade sobre o equipamento, deixando uma lacuna durante todo esse período. Destacou que, sem um responsável designado, qualquer pessoa poderia ter ligado a usina, inclusive ele próprio. **José Benedito Vendramini** afirmou que, por se tratar de uma doação realizada pela Petrobras em um momento de necessidade, considerava importante que, antes de se pensar em qualquer doação do equipamento, fosse feita uma comunicação oficial à Petrobras. Ele destacou ser necessário verificar se a doação havia sido feita em regime de comodato, se existia alguma restrição ou condição, ou se o equipamento poderia ser agregado ou repassado livremente. Explicou que, em outras épocas, quando o governo enviava um consultório odontológico para uma escola de dentistas, muitas vezes esse equipamento era cedido em comodato; quando se tornava obsoleto, comunicava-se o governo, que providenciava a devolução ou o descarte. Ele reforçou que, além da eventual atuação do Ministério Público, seria importante conhecer o posicionamento da Petrobras. Comentou que não sabia de qual cidade havia partido a doação, mas considerava essencial esclarecer, especialmente com Fernando, se o equipamento havia sido doado em comodato ou definitivamente. José Benedito observou também que usinas de oxigênio exigem um profissional experiente para operá-las. Ele ressaltou que o oxigênio precisa ter qualidade garantida e que quem realiza essa análise é o laboratório específico. Recordou que já houve casos, inclusive divulgados na televisão, de grandes empresas que forneceram oxigênio contaminado para vários estados da região. Por isso, segundo ele, não se trata simplesmente de acionar um botão para iniciar a produção; é necessário que o processo passe por análise, já que o produto final será administrado em seres humanos. Ele acrescentou que, além dos custos com energia, existem despesas relacionadas à contratação de um profissional técnico responsável pela operação da usina e aos serviços laboratoriais necessários para verificar a qualidade do oxigênio produzido. Por fim, reiterou que considerava fundamental que a Petrobras fosse oficialmente consultada como primeiro passo. Veteri informou que no processo constava um termo de doação, deixando claro que a usina havia sido

431 doada ao município pela Petrobras. Antes de qualquer deliberação, ele afirmou
432 que, acolhendo a sugestão do conselheiro Gussoni, seria adequado remeter o
433 processo para apreciação dos Ministérios Públicos Estadual e Federal, uma
434 vez que estavam envolvidos recursos municipais e federais. Assim, propôs o
435 encaminhamento do processo para que ambos os órgãos analisassem a
436 situação e adotassem as medidas cabíveis. Ele acrescentou que, no ofício a
437 ser enviado ao Ministério Público, seria solicitada orientação sobre o que o
438 conselho poderia determinar em relação ao equipamento, incluindo a
439 possibilidade de doação, manutenção ou devolução à Petrobras. A proposta foi
440 colocada em votação. Os conselheiros que eram favoráveis permaneceram
441 como estavam, e como não houve manifestações contrárias, o
442 encaminhamento ao Ministério Público Estadual e Federal foi aprovado por
443 unanimidade. Em seguida, foi iniciado o **oitavo item**, referente à aprovação da
444 reunião ordinária de capacitação a ser realizada no dia dezoito de novembro de
445 dois mil e vinte e cinco. Foi lembrado que essa capacitação ocorreria por meio
446 de uma reunião extraordinária e que a ausência seria contabilizada como falta,
447 sujeita às sanções previstas no regimento interno do conselho, incluindo a
448 perda da vaga em caso de cinco faltas consecutivas ou três alternadas. Foi
449 então anunciado que Guido faria uma explanação sobre a capacitação. Guido
450 explicou que, conforme mencionado anteriormente, o assunto havia sido
451 discutido e aprovado pela comissão, estando registrado em ata. Ele relatou que
452 foi elaborado um organograma para a capacitação, que seria organizada
453 praticamente como um evento. O objetivo principal seria apresentar aos novos
454 conselheiros, assim como aos demais, a importância do papel do conselheiro
455 municipal, sendo esse inclusive o tema central da capacitação, com o título “ser
456 conselheiro: você está à altura desse desafio”. Guido detalhou que seria
457 agendada uma reunião ordinária para as dezoito horas, com uma breve
458 abertura realizada por Fernando. Em seguida, às dezoito e trinta, a advogada e
459 professora Ana Paula Polacchini, que desenvolve um trabalho de extensão
460 voltado a conselhos em uma das faculdades de Catanduva, compartilharia sua
461 experiência com o grupo. Ele manifestou a expectativa de que essa palestra
462 gerasse frutos positivos para o conselho. Após a apresentação, ocorreria uma

464 pequena confraternização entre os conselheiros e convidados, seguida de um
465 coffee break. Guido destacou que um dos objetivos da capacitação também era
466 envolver os suplentes, ressaltando que eles têm grande importância. Ele
467 afirmou que não é necessário ser titular para participar de comissões
468 relevantes e que os suplentes também podem exercer voz ativa nas atividades
469 do conselho. Para ele, uma das responsabilidades dos titulares é justamente
470 incentivar a participação dos suplentes. Guido concluiu dizendo que tudo já
471 havia sido aprovado pela comissão e que, ao final, haveria um coffee break
472 para encerrar a ordinária. Perguntou se havia dúvidas ou questionamentos,
473 mas não houve manifestações. Em seguida, Fernando colocou em votação a
474 **aprovação da reunião extraordinária de capacitação** marcada para o dia
475 dezoito de novembro. Veteri informou que o **nono item** tratava da discussão,
476 criação e possível aprovação da ouvidoria do Conselho Municipal de Saúde,
477 passando a palavra novamente para Guido que explicou que a pauta surgiu a
478 partir de uma ação promovida pelo Conselho Nacional, da qual ele havia
479 participado juntamente com José Benedito. Ele relatou que, inicialmente,
480 questionou a necessidade de uma ouvidoria própria do conselho, já que a
481 Secretaria de Saúde e a Prefeitura já possuem suas respectivas ouvidorias.
482 Porém, esclareceu que a ouvidoria do conselho teria um caráter diferente, pois,
483 enquanto as demais prestam contas diretamente ao secretário ou ao gestor
484 municipal, a ouvidoria do conselho prestaria contas aos próprios conselheiros,
485 que representam os usuários e participam da gestão. Para ilustrar melhor o
486 funcionamento dessa ferramenta, Guido solicitou que fosse exibido um vídeo
487 explicativo. Após uma pequena tentativa de iniciar o vídeo, ele retomou a fala
488 enquanto o material era preparado. Guido destacou que uma das
489 recomendações apresentadas na reunião do Conselho Nacional, e que
490 constava também na sugestão de pauta e no relatório disponível aos
491 conselheiros, era a criação de uma comissão responsável pela elaboração do
492 projeto da ouvidoria do conselho. Ele explicou que essa comissão seria
493 necessária porque o processo exige aprovação legal, inclusive com
494 participação de vereadores para apresentação do projeto na Câmara Municipal.
495 Além disso, seria necessário definir o formato específico da ouvidoria em

497 Catanduva, já que, em outros municípios, existem diferenças como tempo de
498 mandato para o ouvidor, possibilidade ou não de remuneração, fontes de
499 custeio e demais aspectos estruturais. Guido concluiu afirmando que a
500 sugestão era, ao menos, aprovar a criação da comissão encarregada de
501 estruturar a proposta e dialogar com os legisladores municipais. Em seguida, o
502 vídeo foi exibido no projetor, apresentando informações sobre a ouvidoria do
503 Conselho Municipal de Saúde. Guido afirmou que o conteúdo apresentado no
504 vídeo havia esclarecido bem a proposta da ouvidoria, tornando o assunto mais
505 didático e iluminando pontos importantes. Em seguida, destacou dois aspectos
506 que considerava relevantes. Ele mencionou um episódio ocorrido recentemente
507 no grupo de mensagens do conselho, relacionado à situação de um gato, e
508 citou o comentário feito por dona Benedita, que disse que a servidora Giselda
509 resolveria o problema. Para Guido, esse tipo de situação ilustra justamente a
510 diferença entre a ouvidoria do conselho e a ouvidoria da gestão, pois não
511 deveria existir a necessidade de “carteiradas” ou de acesso privilegiado a
512 servidores para resolver demandas dos cidadãos. Guido ressaltou que, em
513 diversas cidades onde a ouvidoria do conselho já foi implantada, os resultados
514 têm sido positivos. Por isso, reforçou sua sugestão de criar um grupo de
515 trabalho responsável por desenvolver o projeto localmente. Ele enfatizou que
516 os conselheiros que integrarem essa equipe poderão estar contribuindo para
517 algo tão ou até mais importante do que a própria criação do Conselho
518 Municipal de Saúde, pois essa iniciativa tem potencial para transformar a forma
519 de diálogo com os gestores e garantir maior voz à população. Guido também
520 mencionou experiências de outros municípios, como Vitória, no Espírito Santo,
521 onde existe um sistema de ouvidoria digital com totens instalados em unidades
522 de saúde. Esses equipamentos alimentam dados diretamente para a gestão da
523 unidade, para os conselhos locais e para a própria ouvidoria municipal. Ele
524 observou que esse modelo poderia ser uma inspiração futura para Catanduva,
525 representando uma evolução no acesso da população ao controle social. Por
526 fim, destacou que levar adiante esse projeto seria um marco histórico caso
527 fosse implantado no Conselho Municipal de Saúde de Catanduva. Veteri
528 afirmou que, quando Guido apresentou a proposta da criação da ouvidoria do

530 conselho, considerou a iniciativa excelente. Explicou que, antigamente, as
531 queixas registradas na ouvidoria da Secretaria de Saúde eram apresentadas
532 ao conselho de forma muito superficial, apenas com indicações de que
533 determinado assunto havia sido resolvido ou arquivado, sem qualquer
534 detalhamento sobre o que realmente havia ocorrido. Veteri relatou que, diante
535 dessa situação, passou a questionar o motivo de tais informações serem
536 encaminhadas ao conselho se, ao mesmo tempo, tudo era considerado
537 confidencial. Declarou que, se não era possível saber o conteúdo das
538 demandas, não havia como votar ou cobrar providências. Por esse motivo, o
539 conselho decidiu que apenas analisaria casos da ouvidoria caso tivesse acesso
540 integral às informações, o que não foi permitido pela secretaria. Desde então, o
541 conselho deixou de receber dados da ouvidoria, e Veteri observou que, há
542 anos, nenhum conselheiro tem acesso a esse tipo de informação. Ao retomar o
543 tema, Veteri destacou que a proposta de Guido surgiu em um momento
544 oportuno. Comentou que ele e Benedita, recentemente, passaram por
545 desacordos justamente porque muitas pessoas diziam não confiar na ouvidoria
546 da secretaria. Segundo Veteri, diversas pessoas preferiam procurar
547 diretamente os conselheiros, temendo serem maltratadas nas unidades de
548 saúde caso formalizassem reclamações. Ele citou o exemplo de uma mulher do
549 bairro Lunardelli que enviou inúmeros áudios e mensagens, mas pediu
550 insistentemente para não ser identificada, pois relatava que o próprio marido
551 temia retaliações no atendimento caso descobrissem a reclamação. Veteri
552 explicou que há situações em que a identificação não traz riscos e outras em
553 que o anonimato é essencial, garantindo que, nesses casos, a identidade é
554 preservada. Veteri relatou que, à medida que a população percebe que os
555 conselheiros acolhem essas demandas, os relatos começaram a surgir com
556 maior frequência. Destacou que o acesso aos conselheiros é mais fácil e que
557 as pessoas demonstram sentir mais confiança em relatar seus problemas
558 diretamente ao conselho. Ressaltou também que o trabalho deve ser
559 documentado, tabulado e organizado, de forma que, ao final do ano, o
560 conselho tenha ferramentas suficientes para produzir análises mais robustas
561 sobre o atendimento à população. Em seguida, Veteri citou situações de

563 desorganização que têm ocorrido em algumas unidades, descrevendo que
564 determinados serviços estão funcionando como um “fim de feira”. Relatou o
565 caso de quatro pacientes da Vila Soto que não foram buscados pelo motorista
566 responsável pelo transporte; três perderam a consulta e um só conseguiu ser
567 atendido porque pediu ajuda diretamente a ele. Mencionou ainda o caso de
568 uma paciente que permaneceu por horas na unidade esperando consulta que,
569 apesar de constar em papel, não havia sido registrada no sistema. Ao buscar
570 explicações, recebeu como devolutiva apenas que o funcionário havia
571 “esquecido”. Veteri comparou essas falhas cotidianas com situações críticas
572 em que o esquecimento seria inaceitável, como no atendimento de
573 emergência. Para ele, esse comportamento demonstra desânimo dos
574 funcionários diante da possibilidade de mudanças na gestão, incertezas sobre
575 salários e benefícios, e sobrecarga sobre coordenadores que têm sido
576 acionados constantemente para resolver problemas. Apesar dessas
577 dificuldades, Veteri reconheceu que algumas situações têm sido resolvidas
578 com bom acolhimento por parte de determinados setores e que, em casos
579 recentes, recebeu devolutivas adequadas acompanhadas de pedidos de
580 desculpas. Encerrando sua fala, Veteri afirmou considerar a criação da
581 ouvidoria do conselho uma iniciativa extremamente positiva. Destacou que, se
582 o conselho deseja fortalecer sua atuação em defesa da população,
583 independentemente do governo, a ouvidoria representa mais um instrumento
584 essencial para dar voz às pessoas que não sabem a quem recorrer, que não
585 confiam nos canais oficiais ou que temem represálias. Ressaltou que, somente
586 no mês mencionado, ouviu três relatos de pessoas que afirmaram não confiar
587 em registrar queixas diretamente na secretaria. Reforçou que, nos casos
588 encaminhados ao conselho, houve retorno e resolução satisfatória. Finalizou
589 colocando-se à disposição para ouvir outras contribuições dos presentes.
590 Benedita relatou que, na unidade de saúde do bairro Nova Catanduva, vinha
591 ocorrendo o seguinte problema: o paciente entrava em contato com a unidade
592 para solicitar o agendamento do carro responsável por levá-lo ao atendimento.
593 Entretanto, quando o paciente, por algum motivo, não podia mais comparecer,
594 ele telefonava novamente para o posto de saúde pedindo que fosse avisado ao

596 motorista sobre sua ausência. Contudo, segundo Benedita, esse aviso não
597 estava sendo repassado pelos funcionários ao motorista. Como consequência,
598 o motorista se deslocava até a residência do paciente, registrava sua presença
599 com fotografias e enviava essas informações ao responsável, Liseu. Diante
600 disso, o próprio motorista passou a ser cobrado injustamente, já que
601 acreditavam que ele não estava cumprindo corretamente sua função. Benedita
602 informou que, ao perceber essa situação, encaminhou o problema à gerente da
603 unidade de saúde. A gerente, uma vez informada, tomou providências
604 imediatas, e o problema foi prontamente corrigido. Desde então, segundo
605 Benedita, os avisos passaram a ser feitos de maneira adequada, evitando
606 desperdício de tempo e deslocamentos desnecessários. Benedita destacou
607 ainda que o transporte dos pacientes é de responsabilidade da instituição
608 Mahatma Gandhi, que possui contrato firmado com a prefeitura e com a
609 Secretaria Municipal de Saúde, devendo cumprir integralmente o que foi
610 pactuado. A conselheira aproveitou para comentar uma situação envolvendo
611 denúncias feitas por conselheiros locais em duas unidades de saúde do
612 município, sem citar nomes. Explicou que, em ambas as situações,
613 conselheiros relataram irregularidades ocorridas nas próprias unidades onde
614 atuavam. No entanto, ao invés de haver sigilo, a chefia das unidades informou
615 aos funcionários quem havia feito a denúncia. A partir disso, esses
616 conselheiros passaram a sofrer perseguições internas, fato que, segundo
617 Benedita, é de pleno conhecimento do conselho. Diante desses episódios,
618 Benedita ressaltou que, quando um conselheiro presencia ou recebe uma
619 denúncia, é indispensável preservar a identidade da pessoa que relata o
620 problema. Para ela, é fundamental observar princípios de ética e
621 responsabilidade, evitando a exposição dos envolvidos e prevenindo qualquer
622 tipo de retaliação. Afirmou que não é admissível que se revele quem fez uma
623 denúncia, especialmente quando se trata de situações que podem gerar
624 constrangimento ou perseguição dentro das unidades de saúde. Veteri relatou
625 que, em um dos casos recentemente acompanhados, houve uma reunião na
626 Secretaria Municipal de Saúde cujo desfecho o deixou bastante desanimado.
627 Ele afirmou ter saído da reunião com a sensação de ter feito papel de ingênuo,

629 pois acreditava que o problema, que estava parado há aproximadamente um
630 ano na prefeitura, seria enfim solucionado. Segundo ele, ao invés disso, a
631 situação apenas trouxe constrangimentos à pessoa envolvida, que foi chamada
632 para ser repreendida. Informou ainda que o caso segue tramitando por outros
633 caminhos e que será necessário aguardar os desdobramentos. Veteri explicou
634 que, em algumas situações, quando a pessoa autoriza, o conselheiro tenta
635 intervir, mas, ao invés de resultar em solução, percebe que certas denúncias
636 acabam despertando descontentamento por parte de quem é cobrado, o que
637 pode tornar a situação ainda mais delicada. Ressaltou, entretanto, que existem
638 outras vias para encaminhamento dos problemas, e que o Conselho Municipal
639 de Saúde deve continuar utilizando todas elas de maneira responsável.
640 Reforçou a importância da criação da ouvidoria própria do Conselho como uma
641 ferramenta essencial para acolher e tratar adequadamente as demandas da
642 população. Em seguida, foi colocada em votação a aprovação da criação da
643 ouvidoria do Conselho Municipal de Saúde. Solicitou-se que os conselheiros
644 favoráveis permanecessem como estavam e que os contrários se
645 manifestassem. A criação da ouvidoria foi **aprovada** por unanimidade. Ficou
646 decidido que, em uma reunião posterior, seriam abertas as candidaturas para
647 composição da comissão responsável pela ouvidoria, cabendo ao plenário a
648 escolha final. Na sequência, passou-se ao **item dez** referente à análise,
649 discussão e deliberação sobre a transmissão online das futuras reuniões
650 ordinárias do Conselho Municipal de Saúde. Informou-se que a ideia surgiu a
651 partir da conselheira Thaisa e do secretário Leonardo, após participarem de
652 um curso no qual observaram que o Conselho Municipal de Saúde de São José
653 do Rio Preto já realiza transmissões online de suas reuniões. Considerou-se
654 que essa prática ampliaria a transparência dos trabalhos do conselho e
655 permitiria que a população acompanhasse as discussões, especialmente em
656 um momento em que a participação presencial do público externo diminuiu ao
657 longo dos anos. Foi mencionado que jornalistas convidados frequentemente
658 relatam dificuldade de comparecer presencialmente devido ao horário, porém
659 demonstram interesse em acompanhar as reuniões de forma remota. Assim, a
660 adoção da transmissão online seria uma forma de ampliar o acesso à

662 informação e a participação social. Também foi registrado que, em reunião
663 anterior, com a presença de uma servidora do setor de compras da prefeitura,
664 o conselho havia sido informado sobre a disponibilidade de recursos
665 financeiros para a aquisição de equipamentos ainda no mesmo ano, desde que
666 o processo fosse iniciado até o final de outubro. O conselho chegou a deliberar
667 pela compra de um computador de mesa com configuração adequada para
668 transmissões, além de acessórios necessários como tripé e microfone.
669 Entretanto, posteriormente, a informação recebida foi de que os recursos
670 haviam se esgotado de um dia para o outro, inviabilizando a compra naquele
671 momento. Ficou estabelecido, então, que todos os equipamentos necessários
672 seriam incluídos no orçamento do ano seguinte. Por fim, a proposta de
673 implantação das transmissões online foi colocada em votação. Solicitou-se que
674 os conselheiros favoráveis permanecessem como estavam e que os contrários
675 se manifestassem. A proposta foi **aprovada** por unanimidade. Não havendo
676 mais assuntos a tratar, a reunião foi encerrada.

677 Benedita de Fátima Donadon _____

678 Cristiane Fabrisa Schimtd Silva Lima _____

679 Eva Narciso Miguel _____

680 Gislaine Terezinha Grandizolli Martani _____

681 Guido Corsini Neto _____

682 José Benedito Vendramini _____

683 José Ricardo Garcia _____

684 Luciana Braz de Oliveira Paes _____

685 Marco Cesar Gussoni _____

686 Maria Aparecida de Oliveira Martins _____



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVA

- 688 Marina Domingos Vitor_____
- 689 Nadir de Oliveira_____
- 690 Newton Fernando Veteri_____
- 691 Paulo Roberto de Senzi Carvalho_____
- 692 Pedro Jorge Da silva_____
- 693 Regina Maria Porto Ruelle_____
- 694 Roberta Zanqueta Viola_____
- 695 Leonardo Azevedo Vendramini_____